

Carta de Rejeição da Proposta de Acordo

Lisboa, 18 de fevereiro de 2026

Processo n.º 1234/2026 – Despedimento por Justa Causa – Uso Indevido de Email Corporativo

Remetente

José Manuel da Silva

NIF 123 456 789

Rua das Flores, n.º 27, 2.º Dto.

1150-230 Lisboa

Destinatário

Empresa XYZ, Lda.

A/C do Sr. João Pereira – Diretor de Recursos Humanos

Avenida da República, n.º 100, 10.º

1050-190 Lisboa

Assunto

Rejeição da proposta de acordo apresentada em 12 de fevereiro de 2026

Exmos. Senhores,

Na qualidade de mandatário do Sr. José Manuel da Silva, nos termos da procuração anexa (OA 12345), venho, por este meio, comunicar a **rejeição integral da proposta de acordo** que V.Exas. apresentaram em 12 de fevereiro de 2026, no âmbito do processo acima referenciado.

Fundamentação da Recusa

Ponto da proposta	Valor proposto	Motivo da rejeição
Indemnização por cessação do contrato (valor base)	€ 12 000,00	Valor insuficiente face ao cálculo legal (art.º 700.º do Código do Trabalho) que, considerando a antiguidade de 12 anos, estabelece uma indemnização mínima de € 24 000,00.
Pagamento de dias de férias não gozados	€ 1 500,00	Valor subdimensionado; o cálculo correto, com base nos 22 dias úteis anuais, resulta em € 2 340,00.
Compensação por danos morais e prejuízos patrimoniais	€ 5 000,00	Quantia irrisória face à gravidade da situação e à violação do dever de lealdade que, embora contestada judicialmente, gerou danos reputacionais e psicológicos significativos.
Cláusula de confidencialidade	Não aplicável	A proposta não contempla a necessidade de retirar a cláusula de confidencialidade que impede o reclamante de expor a verdade dos factos ao público e a entidades reguladoras.

1. Legitimidade da justa causa A proposta não reconhece a inexistência de causa grave que justifique o despedimento, assumindo, de facto, a validade da decisão da empresa. O reclamante mantém a tese de que o alegado uso indevido do email corporativo não constitui violação do dever de lealdade nem de confidencialidade, não havendo qualquer prejuízo concreto para a empresa.

2. Proporcionalidade da sanção A indemnização oferecida não cumpre o princípio da proporcionalidade, previsto no art.º 351.º da Constituição da República Portuguesa e no art.º 698.º do Código do Trabalho, que impõe ao empregador o dever de compensar o trabalhador de forma justa e equitativa.

3. Cumprimento dos requisitos formais A proposta não faz referência ao cumprimento dos requisitos formais de comunicação prévia do despedimento, nomeadamente a falta de notificação escrita com antecedência mínima de 30 dias, conforme estabelece o art.º 351.º do Código do Trabalho. Tal omissão demonstra a ausência de boa-fé por parte da empresa.

Pedido

Face ao exposto, requeremos a V. Exas.:

1. **Retirada imediata da proposta de acordo** apresentada, reconhecendo a sua inadmissibilidade.
2. **Continuação do processo judicial** com a manutenção de todas as pretensões formuladas na petição inicial, nomeadamente:
 - Declaração de nulidade do despedimento por justa causa;
 - Reconhecimento da inexistência de violação grave do dever de lealdade;
 - Condenação da empresa ao pagamento da indemnização legalmente prevista (€ 24 000,00), dos dias de férias não gozados (€ 2 340,00) e de compensação por danos morais (€ 15 000,00).
3. **Comunicação escrita** da decisão da empresa quanto à aceitação ou recusa das nossas novas propostas, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, sob pena de se considerar a recusa como aceitação tácita da continuação do litígio.

Conclusão

Reiteramos a nossa disponibilidade para, eventualmente, negociar uma solução equitativa que respeite os direitos legalmente reconhecidos ao trabalhador, mas salientamos que a proposta atual não satisfaz nenhum dos requisitos legais nem os princípios de justiça e boa-fé que regem as relações laborais.

Sem outro assunto de momento, apresentamos os nossos melhores cumprimentos.

Dr. António Ribeiro

Advogado – Ordem dos Advogados n.º 12345
Escritório: Rua da Constituição, n.º 15, 3.º Esq.
1150-202 Lisboa
Telefone: +351 21 123 4567
E-mail: antonio.ribeiro@advogados.pt

Dra. Sofia Carvalho

Advogada – Ordem dos Advogados n.º 67890
Escritório: Avenida das Nações Unidas, n.º 45, 1.º
1050-210 Lisboa
Telefone: +351 21 987 6543
E-mail: sofia.carvalho@advogados.pt